

APRESENTAÇÃO

O ano de 2025 representou um período de amplos avanços para a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SaneSul, consolidando sua atuação na prestação de serviços essenciais de água e esgoto no Estado. A gestão da Empresa foi orientada pela responsabilidade social, eficiência operacional, dedicação ambiental e rigor corporativo, permitindo a manutenção da universalização do acesso à água tratada e a significativa expansão da infraestrutura de esgotamento sanitário. Este progresso reforça o papel da SaneSul no desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso do Sul.

Os resultados alcançados em 2025 refletem a contínua evolução da gestão e dos processos internos. A performance financeira da Empresa demonstrou solidez, com crescimento nas receitas e controle de custos, assegurando a capacidade de investimento e a sustentabilidade das operações.

O ano de 2025 também foi marcado pelo fortalecimento das iniciativas de sustentabilidade, com a progressos da Agenda ESG e o avanço em projetos de energia renovável. O compromisso social da Empresa foi reforçado por meio de engajamento comunitário, fomento ao desenvolvimento local e programas de educação ambiental.

Este Relatório da Administração da SaneSul, elaborado em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e submetido a auditoria externa, constitui um instrumento de transparência e prestação de contas. O documento detalha os principais resultados e informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, abrangendo o desempenho ambiental, social e econômico da Empresa, e reafirmando o compromisso institucional com a governança e a responsabilidade.

A EMPRESA
Fundada em 26 de janeiro de 1979 por meio do Decreto Estadual nº 071/79, a SaneSul - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - é uma empresa de economia mista, com autonomia administrativa e financeira, que compõe a administração indireta e está vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEILQG. A composição acionária da Empresa é formada por 99,91% pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul e 0,09% à Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos - AGESUL.

Sediada em Campo Grande, a SaneSul iniciou suas operações atendendo 17 localidades. Atualmente, atende 134 localidades, sendo 68 municípios e 66 distritos, contemplando uma população de mais de 1,5 milhão de sul-mato-grossenses. Ou seja, dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, a Empresa não opera apenas em 11, abrangendo a capital Campo Grande e os sistemas operados pelos municípios (SAAE's).

A SaneSul alcançou a universalização do fornecimento de água tratada nas localidades atendidas, mantendo elevados padrões de regularidade e potabilidade, ao mesmo tempo em que reforça seu compromisso com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Paralelamente, a Empresa intensificou a expansão e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário, ampliando progressivamente os índices de coleta e tratamento. Esses avanços promovem impactos diretos na saúde pública, na preservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida, integrando desenvolvimento social e econômico e fortalecendo o bem-estar da população.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Os princípios que orientam a atuação da SaneSul refletem uma cultura organizacional baseada na ética, na responsabilidade com o uso de recursos públicos, na transparência e na busca permanente por eficiência e qualidade. A Empresa adota como fundamentos de gestão:

<p>Negócio</p> <p>Operar sistemas e comercializar serviços de água potável e esgotamento sanitário tratado.</p>	<p>Princípios</p> <p>ÉTICA</p> <p>EFICIÊNCIA</p> <p>EFICÁCIA</p> <p>EFTIVIDADE</p> <p>IMPESSOALIDADE</p> <p>LEGALIDADE</p> <p>PUBLICIDADE</p> <p>SEGURANÇA, REGULARIDADE, QUALIDADE E DOS SERVIÇOS</p> <p>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA</p> <p>TRANSPARÊNCIA</p>
<p>Missão</p> <p>Gerir serviços de qualidade em abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para a saúde pública, a preservação ambiental e o desenvolvimento social e econômico de Mato Grosso do Sul;</p>	
<p>Visão</p> <p>Ser a melhor opção em soluções de saneamento básico de Mato Grosso do Sul.</p>	

Tais fundamentos são complementados por diretrizes estratégicas que norteiam programas, ações e decisões corporativas, assegurando que a Empresa atue sempre alinhada às necessidades da sociedade e às políticas públicas de desenvolvimento urbano, social e ambiental. Entre as diretrizes essenciais destacam-se:

- ✓ Universalização do acesso aos serviços de água e esgoto nos municípios operados pela SaneSul. O objetivo é tão ambicioso quanto imperativo: a universalização do saneamento é uma exigência da sociedade e um compromisso do qual a Empresa não se afasta;
- ✓ Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades dos municípios e a capacidade de pagamento dos cidadãos-usuários;
- ✓ Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios eficientes;
- ✓ Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional; de habitação; de combate e erradicação da pobreza; de proteção ambiental e gestão dos recursos hídricos; de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida;
- ✓ Sustentabilidade econômica;
- ✓ Respeito ao controle social;
- ✓ Segurança, qualidade e regularidade nos serviços prestados.

SANESUL EM NÚMEROS

INFORMAÇÕES GERAIS

68 Municípios atendidos	66 Distritos atendidos	134 Total de Localidades atendidas
R\$ 957,7M Receita Operacional Bruta	R\$ 201M Investimentos Totais	

79% Água, 21% Esgoto, 38,5% Água, 61,6% Esgoto, 2,6% Outros

ÁGUA

1,5 milhão População atendida com água	99% Cobertura de água	R\$ 8,36 Tarifa média de água
12 Estações de Tratamento de Água (ETAs)	216 Unidades de Tratamento (UTAs)	469 Poços Ativos
120.882 m³ Capacidade de Reservação	11.632 km Extensão de rede de água	141.350.377 Volume de água produzido (m³/ano)
691.345 Ligações de água	721.597 Economias de água	11,65 Consumo médio por economia (m³/fecon)
99,98% Índice de Hidrometração	252,56 l/lig/dia Índice de Perdas por Ligação (IPL)	96,55 Índice de Qualidade de Água (IQA)

ESGOTO

1,1 milhão População atendida com esgoto	72% Cobertura de esgoto	R\$ 3,74 Tarifa média de esgoto
71 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	258 Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEBs)	8.090 km Extensão de rede de esgoto
407.197 Ligações de esgoto	433.805 Economias de esgoto	100% Índice de Tratamento

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Com uma infraestrutura composta por 12 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 216 Unidades de Tratamento (UTAs), 469 poços ativos e capacidade de reservação de 120.882 m³, a SaneSul produziu 141,35 milhões de m³ de água em 2025 para atender à área urbana dos 68 municípios e seus distritos. Atualmente, a SANE SUL trabalha para acompanhar o crescimento vegetativo da população e manter a universalização do abastecimento de água.

Em 2025, a rede de abastecimento de água expandiu-se em 152 km e totalizou 11.632 km. O número de ligações de água avançou cerca de 17 mil unidades, alcançando 691 mil ligações, com um índice de hidrometração de 99,98%.

Economias e volume faturados por modalidade

Descrição	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
Economias faturadas	576.749	40.461	345	5.903	623.458
Volume faturado (m³/ano)	76.911.519	4.580.060	125.144	4.269.436	115.109.408

A Receita Operacional Bruta de Água atingiu R\$ 760,8 milhões (um incremento de 2,76% em relação ao ano passado), representando 79,4% da Receita Operacional Bruta Total.

QUALIDADE DE ÁGUA
A SaneSul alcançou em 2025 um Índice de Qualidade da Água (IQA) de 96,55, superando significativamente o padrão mínimo exigido. Este resultado reflete o compromisso da empresa com a excelência no fornecimento de água potável à população.

As atividades de monitoramento concentram-se na realização de:

- ✓ Análises microbiológicas: Coliformes Totais e Escherichia coli
- ✓ Análises físico-químicas: Cloro Residual Livre, Turbidez, pH e Cor Aparente

Estes parâmetros são essenciais para verificar a potabilidade da água, controlar a eficiência dos processos de tratamento e identificar riscos sanitários, garantindo a proteção da saúde pública e o cumprimento das exigências regulatórias.

A SaneSul investe continuamente na acreditação de seus laboratórios junto à CGCRE/Inmetro, conforme a ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, norma internacional que estabelece requisitos para competência técnica, imparcialidade e confiabilidade em ensaios e amostragem.

Atualmente, seis laboratórios (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Aquidauana, Jardim e Naviraí) possuem acreditação CRL 0404, garantindo resultados analíticos confiáveis conforme a norma ISO/IEC 17025:2017.

A empresa mantém um programa estruturado de expansão do escopo acreditado, com meta de alcançar 100% dos laboratórios regionais. Neste contexto, os laboratórios de Coxim, Ponta Porã e Paranaíba encontram-se em processo de adequação técnica e documental aos requisitos normativos, enquanto as unidades de Corumbá e Nova Andradina concluíram em 2025 todos os preparativos necessários, incluindo padronização de métodos e capacitação de equipes.

A avaliação pelo CGCRE/Inmetro para inclusão dessas duas últimas unidades no escopo acreditado está programada para junho de 2026, consolidando a padronização do controle da qualidade das águas em todo o Estado e fortalecendo a gestão preventiva de riscos sanitários, a uniformização dos critérios analíticos e a padronização do controle da qualidade da água em todo o Estado.

COMBATE ÀS PERDAS

Em acordo com as melhores práticas de eficiência e o Marco Regulatório do Saneamento, o combate a perdas reais e aparentes de água na SANE SUL faz parte da rotina, com procedimentos implantados que definem a operação e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água. Em 2025 identificou-se um comportamento de queda das perdas de água tratada em nível corporativo. Houve uma redução de 2 litros/ligação/dia, passando de 255,8 l/lig/dia em 12/2024 para 252,6 l/lig/dia em 12/2025.

A SANE SUL registra, monitora e controla diversos dados da operação que geram diversas informações e indicadores da empresa, tais como, volumes produzidos (diários e mensais), horas trabalhadas de equipamentos (diários e mensais), volumes de usos operacionais e volumes distribuídos, quantidade de produtos químicos utilizados no processo de desinfecção etc. A área de macromedição e pitometria acompanha este processo, auxiliando às unidades/regionais na alimentação destes dados nos 68 municípios operados pela SANE SUL, bem como, realizando mensalmente conferência e auditoria dos dados lançados nos sistemas para garantir a confiabilidade das informações e indicadores.

Em 2025, a Empresa obteve aprovação de financiamento do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL) no valor de US\$ 12,48 milhões (o que equivale a um valor superior de 60 milhões de reais) para implementar projeto de redução de perdas de água em Corumbá, com foco na modernização de infraestrutura e eficiência operacional.

O projeto prevê, entre as ações, a modernização da rede de distribuição de água, o tratamento de resíduos na ETA (Estação de Tratamento de Água) e campanhas de orientação sobre o uso racional da água, com impacto direto na qualidade de vida da população urbana de Corumbá.

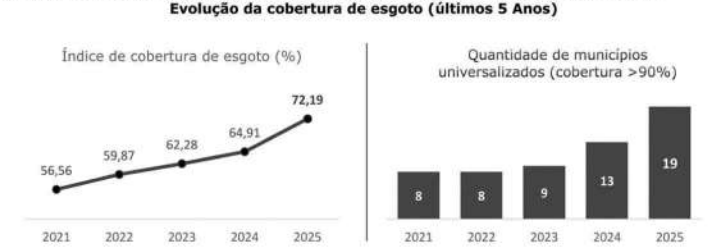
Do valor total, US\$ 9,12 milhões constitui doação do FOCEM, sendo a SaneSul responsável pelo restante como contrapartida local elegível e não elegível.

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Atualmente, a SaneSul opera 71 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), na forma de parceria pública privada, com 258 Estações Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEB) e investimentos em esgoto no patamar de R\$ 115,9 milhões, elevados de compromissos pactuados na contratualização da parceria público-privada. Todo esgoto coletado é tratado, ou seja, o índice de tratamento de esgoto coletado é de 100%.

A rede de esgotamento sanitário expandiu-se em 375 km e totalizou 8.090 km. O número de ligações de esgoto avançou cerca de 50 mil unidades, chegando a mais de 407 mil, com índice de cobertura chegando a 72,19% em dezembro de 2025.

Em 2025, mais de 19 municípios alcançaram índices superiores à 90% de cobertura, meta estipulada pelo novo marco do saneamento, um incremento de 6 municípios em relação ao ano anterior.



Houve incremento de 45.845 economias reais de esgoto faturadas no ano de 2025, um aumento de 13,04% em relação ao ano anterior, alcançando 397.529 em dezembro de 2025. O acréscimo de economias faturadas é fundamental para a manutenção da saúde financeira da Empresa, pois possuiu relação direta com o aumento na receita.

Evolução das economias faturadas de esgoto – 2021 a 2025

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
Economias faturadas	275.322	295.824	324.663	351.684	397.529
Δ ano anterior	-	20.502 (7,45%)	28.839 (9,75%)	27.021 (8,32%)	45.845 (13,04%)

A Receita Operacional Bruta de Esgoto atingiu R\$ 196,9 milhões (um incremento de 8,91% em relação a 2024), representando 20,6% da Receita Operacional Bruta Total.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA
A PPP, com atuação desde maio de 2021, surgiu com a meta de acelerar os investimentos para que o Estado atinja a universalização do saneamento básico, se antecipando ao prazo estabelecido pelo novo marco legal do saneamento.

A aferição da qualidade na prestação dos serviços de esgotamento sanitário, prestados pela parceira privada é efetuada por meio da análise de quatro indicadores:

- **Indicador de Extravasamento (IE):** mede a ocorrência de eventos de extravasamentos na rede coletora, com origem em obstruções de rede;
- **Indicador de Eficiência no Atendimento (IEA):** mede a eficiência nos prazos de atendimento da SaneSul na prestação dos serviços de esgotamento sanitário;
- **Indicador de Qualidade do Efluente Final Mensurado (IQEFM):** Visa garantir o tratamento adequado do esgoto coletado, reduzindo os impactos ambientais do lançamento de efluentes sem tratamento nas bacias hidrográficas e demonstrando o atendimento aos padrões de qualidade dos efluentes lançados, conforme a legislação vigente
- **Indicador de Regularidade Ambiental (IRA):** monitora a situação da Ambiental MS Pantanal quanto ao licenciamento ambiental das unidades do sistema de esgotamento sanitário.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O equilíbrio econômico-financeiro está intimamente relacionado a sustentabilidade das operações, viabilizando investimentos contínuos em infraestrutura, manutenção preventiva e corretiva de redes, modernização de estações de tratamento e implementação de sistemas eficientes de controle de perdas e gestão operacional.

A solidez financeira não só apenas mantém a qualidade dos serviços essenciais de água e esgoto e a expansão dos serviços, mas também assegura recursos para inovação tecnológica, capacitação profissional e cumprimento das metas regulatórias estabelecidas pelo setor.

Comparativo dos resultados obtidos em 2025 em relação ao ano de 2024.

Resultados Econômico-Financeiros: 2024-2025

Descrição	2024	2025	Δ%
Receita Operacional Líquida	836.133	893.008	+6,80
Custos e Despesas Operacionais	742.720	822.038	+10,68
EBITDA	178.487	191.822	+7,47
Lucro Líquido do Exercício	90.587	48.400	-46,57

*Informações em milhares de reais
As Receitas Operacionais Líquidas de 2025 apresentaram aumento de 6,80%. Esse resultado foi obtido em função do crescimento do número de economias de água e esgoto faturadas, que aumentou 5,56% em relação a 2024. Com isso o volume faturado de água e esgoto aumentou para 138.399 mil m³, contra 137.315 mil m³, que representou aumento de 0,79%. Cresceram também em razão do reajuste das tarifas no mês de julho em 5,53%, índice equivalente à variação do IPCA/IBGE do período de maio/2024 a abril/2025.

Os custos e as despesas operacionais apresentaram uma variação de 10,68% em 2025, quando comparados a 2024. Esse aumento decorre da elevação dos preços dos principais insumos operacionais em patamar superior aos índices inflacionários, da celebração de novos contratos voltados ao aprimoramento da estrutura operacional e, ainda, do próprio crescimento da SaneSul, que implica expansão proporcional das despesas operacionais.

Mesmo com a elevação dos custos e despesas a SaneSul obteve aumento no EBITDA de 7,47% no ano 2025 em relação a 2024. Esse resultado foi possível pela excelente performance das receitas operacionais líquidas, que apresentaram crescimento de 6,8%. O EBITDA obtido em 2025, de R\$ 191.822 milhões, representou aumento real de 3,08% em relação à inflação ocorrida no ano 2025, que foi de 4,26%. Com esses resultados obtidos, a Empresa gerou recursos suficientes para cobertura do serviço da dívida e dos investimentos realizados, mantendo dessa forma o equilíbrio econômico e financeiro.

O lucro líquido do exercício apresentou redução em relação ao período anterior, em decorrência, principalmente, da baixa do ativo de imposto de renda diferido, realizada após o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, nos autos da Ação Cível Originária nº 3127 (ACO 3127).

Evolução de indicadores e informações físicas: 2022-2025

Descrição	2022	2023	2024	2025	Δ% 2025/2024
Liquidez Corrente	2,21	1,53	1,48	1,39	-6,08
Endividamento sobre Ativo	0,31	0,35	0,34	0,35	+2,94
EBITDA sobre Receitas Operacionais	0,22	0,21	0,21	0,21	-
Lucro Líquido sobre Ativo	0,06	0,04	0,05	0,02	-60,00
Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido	0,08	0,06	0,07	0,04	-42,86
Volume faturado (1.000 m³)*	117.724	126.436	137.315	138.399	+0,79
Economias médias faturadas (un)*	848.144	892.047	937.873	989.980	+5,56
Volume médio faturado por economia (m³)*	11,5669	11,8114	12,2009	11,6500	-4,52

*Água + Esgoto
INVESTIMENTOS
Os investimentos realizados durante o ano de 2025 somaram R\$ 201 milhões, sendo R\$ 79,2 milhões (39,41%) dos recursos aplicados no sistema de abastecimento de água, R\$ 116 milhões (57,68%) no esgotamento sanitário e R\$ 5,8 milhões (2,91%) foram destinados às reformas e ampliações de prédios, aquisição de máquinas e equipamentos outros fins.

Evolução dos Investimentos por Modalidade: 2022-2025

Modalidade	2022	2023	2024	2025	Δ% 2025/2024
Água	67.304	69.085	68.722	79.225	+15,28%
Esgoto	124.585	154.258	121.644	115.960	-4,67%
Outros	26.089	10.646	12.467	5.850	-53,08%
Total	217.978	233.989	202.833	201.035	-0,89%

*Informações em milhares de reais.

PESSOAL

As ações implementadas em 2025 pautaram-se pela Política de Gestão de Pessoas, em consonância com a legislação trabalhista vigente. Destaca-se a otimização do processo de gestão de horas extras, integrado ao monitoramento dos serviços operacionais, com a implementação de novos turnos de trabalho que possibilitaram redução de 57% nas horas extras e 45% nos valores pagos. Essas estratégias resultaram em maior eficiência de custos, melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e fortalecimento da sustentabilidade organizacional, evidenciando uma gestão mais estratégica e equilibrada dos recursos humanos.

Em gestão de carreira, obteve avanços significativos na valorização e desenvolvimento do capital humano. Foram oportunizadas 108 trocas de ocupação por meio de Processo Seletivo Interno, permitindo que os empregados alcançassem novas funções e melhores salários, além de 170 progressões por tempo de serviço, resultando em acréscimo de 2,5% no salário-base. O Adicional de Qualificação beneficia atualmente 586 empregados, demonstrando o interesse do quadro funcional na elevação de sua formação acadêmica. Paralelamente, o programa Auxílio Educação subsidiou entre 50% e 85% das mensalidades de cursos técnicos, graduação e pós-graduação para 50 empregados em 2025 e viabilizando, para alguns, a participação e aprovação no concurso público da SANE SUL para ascensão a empregos de nível técnico e superior.

Visando a reposição do quadro funcional, foram contratados 11 empregados para a função de Operador de Tratamento de Água em caráter emergencial por meio de Processo Seletivo Simplificado. Adicionalmente, foram admitidos 5 candidatos destinados às Pessoas com Deficiência e 38 aprovados no Concurso Público realizado em 2025, totalizando 1.290 empregados efetivos e comissionados no quadro funcional em dezembro de 2025.

Reconhecendo que o desenvolvimento da força de trabalho é essencial para o cumprimento de suas diretrizes e competitividade no setor de saneamento, a SaneSul ofereceu 47.678 horas/treinamento em 2025, correspondendo a 31 horas por empregado/ano, superando significativamente a média nacional de 17 horas anuais. Os programas internos de capacitação utilizam principalmente a modalidade à distância, democratizando o acesso ao conhecimento técnico.

Em atendimento à Norma Regulamentadora 01, foi realizado o Censo de Saúde Mental com participação significativa de 76% dos empregados. Foram mantidas as ações de Segurança do Trabalho, incluindo inspeções técnicas, orientações, treinamentos, formação de CIPAS e entrega de EPIS, contemplando 100% das localidades operadas.

A força de trabalho da SaneSul é composta por 77% de homens e 23% de mulheres. Destaca-se que, apesar dessa diferença numérica, a remuneração média feminina supera a masculina em 126,5%, e o salário contratual mediano das mulheres equivale a 110,09% do recebido pelos homens, conforme o Relatório de Transparência e Igualdade Salarial do 2º semestre de 2025.

O período 2024-2025 houve avanço na representatividade feminina, com um aumento de 12,5% nos cargos de Assistente II e Supervisor de Unidade II. Houve crescimentos também nos cargos Coordenador I e Supervisor de Unidade III e nos empregos técnicos de Nível Superior, reforçando o progresso na diversidade de gênero, como pode ser observado na tabela abaixo:

Quantidade de Homens (H) e Mulheres (M) por cargo/emprego: 2024-2025

Cargo/Emprego	H 2024	M 2024	H 2025	M 2025	Δ M 2025-2024
ASSESSOR, CHEFE DE GABINETE, GERENTE	25 (65,8%)	13 (34,2%)	26 (66,7%)	13 (33,3%)	-0,9%
COORDENADOR II	26 (70,3%)	11 (29,7%)	23 (71,9%)	9 (28,1%)	-1,6%
COORDENADOR I	21 (63,6%)	12 (36,4%)	24 (61,5%)	15 (38,5%)	2,1%
SUPERVISOR DE UNIDADE V	6 (75,0%)	2 (25,0%)	5 (83,3%)	1 (16,7%)	-8,3%
ASSISTENTE III, SUPERVISOR DE DIRETORIA II, SUPERVISOR DE UNIDADE IV	14 (58,3%)	10 (41,7%)	16 (61,5%)	10 (38,5%)	-3,2%
SUPERVISOR DE UNIDADE III	11 (78,6%)	3 (21,4%)	13 (76,5%)	4 (23,5%)	2,1%
ASSISTENTE II, SUPERVISOR DE UNIDADE II	19 (79,2%)	5 (20,8%)	14 (66,7%)	7 (33,3%)	12,5%
ASSISTENTE DE DIRETORIA I	1 (25,0%)	3 (75,0%)	1 (25,0%)	3 (75,0%)	0,0%
ASSISTENTE I, SUPERVISOR DE UNIDADE I	28 (82,4%)	6 (17,6%)	28 (82,4%)	6 (17,6%)	0,0%
SUPERVISOR	7 (53,8%)	6 (46,2%)	7 (53,8%)	6 (46,2%)	0,0%
SUPERVISOR DISTRITAL	13 (100,0%)	0 (00,0%)	14 (100,0%)	0 (00,0%)	0,0%
Técnico - Nível Superior	66 (57,9%)	48 (42,1%)	61 (56,5%)	47 (43,5%)	1,4%
Técnico - Nível Médio	771 (81,9%)	170 (18,1%)	769 (82,2%)	167 (17,8%)	-0,2%

Já a remuneração média feminina registrou valorização expressiva, com aumentos de 20,7% para os cargos de Coordenador I e Assessor, Chefe de Gabinete e Gerente. Em diversas categorias, inclusive nos empregos técnicos, mulheres já auferem remunerações médias equivalentes ou superiores às masculinas, destacando a equidade salarial, como pode ser observado na tabela abaixo:

Remuneração média* de Homens (H) e Mulheres (M) por cargo/emprego: 2024-2025

Cargo/Emprego	H 2024	M 2024	H 2025	M 2025	Δ M 2025-2024
ASSESSOR, CHEFE DE GABINETE, GERENTE	22.010,19	19.882,32	24.304,98	2	

PRÉMIações

Prêmio Eco 2025 – Amcham Brasil, que reconhece organizações que fortalecem a agenda sustentável e a tornam um vetor estratégico de competitividade no país, com projeto “Agentes do Saneamento” na categoria: processos, que capacita agentes comunitários para melhorar o uso da rede de esgoto e reduzir doenças.

III Prêmio Ipê Amarelo de Meio Ambiente (CREA-MS) – 2º lugar com o projeto “Saneamento, saúde e meio ambiente: agentes comunitários transformam o uso da rede de esgoto em um compromisso coletivo”, desenvolvido por colaboradores da Sanesul.

II Prêmio Universalizar - AESBE (Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento): Categoria – Justiça Ambiental: 3º lugar – Saneasul – Projeto “Reservar para não faltar”, que auxilia na aquisição de reservatórios de água para cadastrados no programa Tarifa Social.

Categoria – Inovação: 1º lugar – Sanesul – Projeto “Localização Integrada da Rede de Água (Lo.I.R.A.)”.

INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA E EQUILÍBRIO ECONÔMICO

MELHORIA DE PROCESSOS INTERNOS E CONFIANÇA DA INFORMAÇÃO

O Projeto Acertar tem como objetivo desenvolver metodologias de Auditoria e Certificação de informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento –SNIS que em 2024, passou por grandes alterações, sendo denominado atualmente SINISA. O projeto, executado no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (INTERÁGUAS) é resultado da parceria entre o Ministério das Cidades e a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), com o propósito de aprimorar os processos de gestão das informações dos prestadores de saneamento.

A Sanesul foi certificada pela AGEMS (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul) no 5º Ciclo que corresponde à avaliação de Confiança, com mais de 62 informações auditadas e certificadas - contemplando processos comerciais, operacionais, folha de pagamento, contábil, entre outros -, trazendo benefícios como a parametrização dos controles internos e dos dados que alimentam o SINISA a partir de 2024 (antigo SNIS) e o reconhecimento das boas práticas na Empresa.

A implementação do Projeto Acertar, e consequentemente a produção de informações confiáveis para o setor de saneamento básico, tendem a contribuir para o planejamento e execução de políticas públicas, aperfeiçoamento da gestão, avaliação e desempenho dos serviços, bem como, do monitoramento das ações do setor

PRÊMIO INOVA

Em 2025, houve a 2ª Edição do PRÊMIO INOVA SANESUL – Práticas Inovadoras de Sucesso e Ideias Inovadoras Implementáveis. O programa tem como objetivo incentivar os empregados da empresa a contribuírem com Boas Práticas, bem como reconhecer, valorizar e divulgar ideias inovadoras implementáveis que sirvam de referência para outras iniciativas, colaborando para o aprimoramento e a geração de soluções para os serviços prestados pela Sanesul.

Nessa edição, o prêmio contou com um total de 90 inscrições, das quais 58 trabalhos foram classificados, resultando em 30 premiações.

GESTÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Durante o ano, a área de energia da SANESUL concentrou seus esforços na otimização de custos operacionais, diversificação da matriz energética e controle de fornecimento. As atividades fundamentais incluíram a gestão estratégica de contratos, o ateste técnico de faturas e análise dos indicadores visando o menor custo por kWh.

Em 2025, através da PPP de usinas fotovoltaicas, a Sanesul produziu 11,7 GWh de energia, gerando economia superior a R\$ 3,7 milhões após descontar a remuneração devida aos parceiros.

MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS E AUTOMAÇÃO DE ANÁLISES

A SANESUL adquiriu tituladores automáticos HACH AT1000 para automatizar ensaios de cloreto, dureza total e alcalinidade, representando avanço significativo na padronização das análises químicas. A automação reduz variabilidade dos métodos manuais, assegura maior precisão, rastreabilidade e reprodutibilidade dos resultados, além de otimizar o tempo de análise e permitir que os profissionais se dediquem a outras atividades críticas.

A operação simplificada e a redução do risco de erro humano reforçam a confiabilidade dos dados, melhoram o fluxo de trabalho e aumentam a eficiência geral dos processos, alinhando o laboratório com práticas mais seguras e aderentes aos requisitos normativos e ao sistema de gestão da qualidade.

REVISÃO TARIFÁRIA

A Agência Estadual de Regulação (AGEMS) concluiu em 2025 a 2ª Revisão Tarifária Ordinária dos serviços de água e esgotamento sanitário prestados pela Sanesul em 68 municípios sul-mato-grossenses. O processo, que passou por Consulta Pública e Audiência Pública em novembro, atualiza a estrutura tarifária, garante a modicidade das tarifas e assegura o equilíbrio econômico-financeiro previsto em lei e nos contratos de programa e teve seus resultados homologados pela Portaria AGEMS nº 314/2025.

Os estudos técnicos e auditorias realizados conforme as melhores práticas regulatórias indicaram a necessidade de estabelecer uma Tarifa Média de Equilíbrio de R\$ 6,77 e um Índice de Reposicionamento Tarifário (IRT) de 22,13%. Considerando a capacidade de pagamento dos usuários, o reajuste será aplicado de forma escalonada em dois anos: 14,60% em janeiro de 2026 e 7,52% em janeiro de 2027. A revisão tarifária também considerou a análise da Tarifa Social, instituída pela Lei nº 14.898/2024, com previsão de beneficiar mais de 30 mil famílias.

REVISÃO DE CONTRATOS PROGRAMAS

Durante o exercício de 2025, foi conduzido o processo de aditamento do Contrato Programa, realizado a cada quatro anos, contemplando a revisão metas de cobertura, eficiência e qualidade para todos os municípios. O processo envolveu uma análise técnica detalhada dos investimentos programados, considerando as demandas atuais e projeções futuras de cada município.

A atualização do plano de investimentos permitirá maior eficiência na aplicação dos recursos, melhor alinhamento com as necessidades locais e otimização dos prazos de execução, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da região e fortalecimento da capacidade de investimento nos municípios.

A SANESUL E SEU COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A Sanesul reconhece a relevância de sua atuação na sociedade, atuando como uma provedora de serviços essenciais de saneamento e como um agente ativo no desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas. Por meio de uma abordagem que integra a sustentabilidade ambiental, a inovação tecnológica e a inclusão social, a Empresa dedica-se a aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos, assegurando o acesso universal à água potável e ao esgotamento sanitário.

O compromisso da Empresa transcende a mera prestação de serviços, manifestando-se em ações concretas que beneficiam diretamente a comunidade. A Empresa entende que cada gota de água tratada e cada metro de rede de esgoto instalado representa não apenas um serviço prestado, mas um investimento direto na saúde pública, no desenvolvimento econômico e na preservação ambiental, consolidando assim seu compromisso com a construção de um futuro mais seguro, equilibrado e próspero para as gerações atuais e futuras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e conselheiros da

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Campo Grande – MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL, (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração dos valores adicionados

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da Administração. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fator que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, com as informações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

IBDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MS 000992-F
José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	8.646	11.034
Aplicações financeiras	5	55.073	63.380
Contas a receber	6	135.151	127.802
Estoques	7	27.230	27.100
Ímpostos a recuperar	8	2.550	6.799
Outros créditos		2.925	1.551
		231.575	237.666

Não circulante			
Depósitos em garantia	9	14.003	12.254
Depósitos judiciais		14.988	2.233
Ímposto de renda e contribuição social diferidos	10	6.777	28.739
Ativo financeiro	11	207.424	196.117
		243.192	239.343
Imobilizado	12	99.592	101.252
Intangível	13	1.406.990	1.294.414
		1.506.582	1.395.664
Total do ativo		1.981.349	1.872.673

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	14	71.028	66.139
Empréstimos e financiamentos	15	42.156	36.997
Obrigações trabalhistas	16	38.405	35.797
Obrigações tributárias	17	10.454	11.429
Outras contas a pagar	18	4.883	9.741
		166.926	160.103

Não circulante

Empréstimos e financiamentos	15	478.036	435.840
Contingências	19	51.307	4.929
Outras contas a pagar	18	-	35.120
		529.343	475.890

Patrimônio líquido

Capital social	21.a	1.062.831	969.140
Reserva de lucros	21.b	222.249	267.540
		1.285.080	1.236.680

Total do passivo e patrimônio líquido

		1.981.349	1.872.673
--	--	------------------	------------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	893.008	836.133
Custo de operação e manutenção	23	(339.795)	(314.922)
Lucro bruto		333.302	321.206

Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais	24	(11.909)	(12.714)
Despesas administrativas	25	(230.506)	(192.040)
Outras receitas e despesas	26	10.889	(7.384)
		(231.526)	(212.136)

Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos

		101.776	109.068
--	--	----------------	----------------

Encargos financeiros líquidos	27	(30.806)	(15.655)
-------------------------------	----	----------	----------

Resultado antes dos impostos

Ímposto de renda e contribuição social - corrente	10	(608)	(1.511)
Ímposto de renda e contribuição social - diferido	10	(21.962)	(31.315)
		(22.570)	(2.826)

Lucro líquido do exercício

Lucro por ação do capital social (Em R\$)		0,17	0,32
--	--	-------------	-------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		31/12/2025	31/12/2024
--	--	------------	------------

Resultado do exercício

Outros resultados abrangentes		48.400	90.587
-------------------------------	--	---------------	---------------

Total do resultado abrangente do exercício

		48.400	90.587
--	--	---------------	---------------

Total do resultado abrangente atribuível aos:

Acionistas		48.400	90.587
------------	--	--------	--------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL CNPJ 93.982.931/0001-20

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Reservas de lucros					
		Capital Social	Incentivo	Legal	Para Investimento	Reserva de lucros	Patrimônio líquido

Saldos em 1º de Janeiro de 2024

Aumento de capital		77.352	-	-	-	-	77.352
--------------------	--	--------	---	---	---	---	--------

Lucro líquido do período

		-	-	-	-	90.587	90.587
--	--	---	---	---	---	--------	--------

Destinações:

Juros sobre capital próprio

Reserva de incentivo fiscal

Reserva legal

Reserva retenção de lucros

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Aumento de capital		93.691	-	-	-	-	93.691
--------------------	--	--------	---	---	---	---	--------

Lucro líquido do período

Destinações:

Juros sobre capital próprio

Reserva de incentivo fiscal

Reserva legal

Reserva retenção de lucros

Saldos em 31 de dezembro de 2025

		1.062.831	24.070	63.585	134.594	-	1.285.080
--	--	------------------	---------------	---------------	----------------	---	------------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais

Lucro líquido do período	48.400	90.587
--------------------------	--------	--------

Ajustes para:

Amortizações do intangível

Depreciações

Provisão para perdas esperadas

Custo na alienação do intangível

Custo na alienação do imobilizado

Provisão para contingências

Impostos diferidos IR/CSLL

Encargos financeiros sobre financiamentos de obras

213.694

206.273

Varição dos ativos operacionais

Contas a receber

Estoques

Impostos e contribuições a recuperar

Depósitos judiciais

Outros créditos

(51.033)

(11.443)

Varição dos passivos operacionais

Fornecedores

Obrigações trabalhistas

Impostos e contribuições

Outras contas a pagar

Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras

(43.594)

(63.364)

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorreram.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.2.2. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.4. Ativo Financeiro – Contrato de Programa

A Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020 que atualizou o marco legal do Saneamento extinguiu a possibilidade de contratação por dispensa de licitação através de Gestão Associada que era prevista pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. A partir dessa data não há como os municípios delegar os serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação, assim a Companhia reconheceu como "Ativo Financeiro", esses créditos junto ao poder concedente, visto que o novo Marco prevê o direito incondicional de receber indenização pelos investimentos, em sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos, realizados e que não serão amortizados até os vencimentos dos Contratos. O valor calculado passível de indenização foi trazido a valor presente com uma taxa de desconto, equivalente a Taxa de Longo Prazo – TLP vigente em dezembro de 2025 divulgado pelo Banco Central do Brasil. A Companhia não reconhece perda por impairment sobre eles, tendo em vista que as concessões, através de Contrato de Programa, preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela SANESUL reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Esse crédito a receber possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão, que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões (Nota Explicativa nº 11).

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Foi emitido laudo de revisão de vida útil em 2024 com as seguintes vidas útil de maneira prospectiva:

- Construções: 15 anos;**
- Benefitorias: 50 anos (média);**
- Equipamentos: 15 anos (média);**
- Equipamentos de informática: 5 anos;**
- Veículos administrativos: 7,5 anos (média);**
- Veículos operacionais: 15 anos;**
- Móveis e utensílios: 11,75 anos (média).**

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.6. Intangível

Contratos de Programa

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 13).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente amortizado ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento (ativos de contrato) são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

3.7. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos refletis as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

3.8. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato essencialmente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função de sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja

com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos. A Companhia estima que a margem é zero.

Ativo de contrato/obras em andamento

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro. Quando a Companhia conclui a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato. Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar, com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.12. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP aplicável somente às companhias abertas.

3.13. Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Alterações nas IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte: Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;

Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;

Exemplos ilustrativos;

Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

Orientação Técnica OPCP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Companhias abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletrificação dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

Alterações nas IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.16. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;

IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;

Imposto Seletivo (IS): novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;

Manutenção Restrita do IPI: o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos:

Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Recalpro Próprio e Bets;

Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja atividade não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC

215/2025 e LC 224/2025 que requeremos uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28:

	31/12/2025	31/12/2024
Conta movimento	1.375	4.912
Conta arrecadação	2.735	158
Fundo fixo	34.111	37
Conta vinculada	200	915
Valores em trânsito	4.299	30
	8.646	11.034

5. Aplicações financeiras/depositos em garantia

	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil S.A.	23.404	31.734
Caixa Econômica Federal	31.639	31.623
Banco Itaú S.A.	30	23
	55.073	63.380

Esses recursos serão utilizados para investimentos para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programas.

6. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de água e esgotos	20	

15. Empréstimos e financiamentos				
Programa	Emprego	Banco	Juros (a.a.)	
Programa saneamento p/ todos	CEF	DE 6% a 6,5%	31/12/2025	31/12/2024
REGIS	CEF	7,45% + IPCA	468.610	457.743
FCC	BB	9,657%	24.345	24.345
			27.237	15.094
			<u>520.192</u>	<u>472.837</u>

Circulante	42.156	36.997
Não Circulante	478.036	435.840

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
36.684	39.977	40.130	39.952	321.293	478.036

Garantias
As operações de financiamentos, são garantidas pelos direitos creditórios referentes à arrecadação de receitas tarifárias.

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2025	31/12/2024	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
182226-41	Proj San Todos Ouraídos Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	148	208	CAIXA	234	Jan de 2028
182227-56	Proj San Todos Ouraídos Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	218	307	CAIXA	234	Jan de 2028
182228-60	Proj San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	303	426	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Proj San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	266	364	CAIXA	234	Abr de 2028
291832-99	Proj San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	1.442	1.632	CAIXA	240	Dez de 2029
291829-42	Proj San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.616	6.273	CAIXA	240	Dez de 2029
241693-66	Proj San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	875	1.038	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-83	Proj San Todos Ouraídos SAA	UPR juros 6% a.a.	2.217	2.517	CAIXA	240	Fev de 2030
241664-14	Proj San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.215	4.809	CAIXA	240	Fev de 2030
292251-97	Proj San Todos Ouraídos Água	UPR juros 6% a.a.	9.785	10.805	CAIXA	262	Dez de 2031
376949-00	Proj San Todos Iguatemi Água	UPR juros 6% a.a.	580	628	CAIXA	240	Abr de 2033
376903-66	Proj San Todos Itaquiraí Água	UPR juros 6% a.a.	1.206	1.302	CAIXA	240	Jul de 2033
376947-83	Proj San Todos Itaporã Água	UPR juros 6% a.a.	1.576	1.696	CAIXA	240	Out de 2033
376945-43	Proj San Todos Coxim Água	UPR juros 6% a.a.	3.011	3.218	CAIXA	240	Abr de 2034
376927-42	Proj San Todos Rio Verde Água	UPR juros 6% a.a.	2.577	2.754	CAIXA	240	Abr de 2034
426329-70	Proj San Todos Ponta Porã Água	UPR juros 6% a.a.	18.069	16.969	CAIXA	240	Set de 2036
426317-36	Proj San Todos Três Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	23.491	24.214	CAIXA	240	Nov de 2036
426326-47	Proj San Todos Dourados Água	UPR juros 6% a.a.	62.308	61.117	CAIXA	240	Nov de 2037
505682-50	Proj San Todos Amambai Esgoto	UPR juros 6% a.a.	14.734	14.543	CAIXA	248	Fev de 2039
505687-00	Proj San Todos Bataiporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.322	3.416	CAIXA	248	Fev de 2039
505691-61	Proj San Todos Guia L. Laguneta Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.950	8.173	CAIXA	248	Fev de 2039
505701-88	Proj San Todos Paranaíba Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.535	8.281	CAIXA	248	Fev de 2039
505693-89	Proj San Todos Jardim Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.274	6.848	CAIXA	257	Nov de 2039
510884-93	Proj San Todos Sidrolândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	13.480	13.794	CAIXA	260	Fev de 2040
505703-05	Proj San Todos Paranhos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.741	1.779	CAIXA	264	Jun de 2040
505705-24	Proj San Todos Ribas Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.402	2.454	CAIXA	264	Jun de 2040
505690-57	Proj San Todos Chapadão Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.799	8.888	CAIXA	278	Out de 2040
505695-07	Proj San Todos Maracaju Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.696	9.428	CAIXA	268	Out de 2040
505684-78	Proj San Todos Antonio João Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.690	3.762	CAIXA	271	Jan de 2041
505704-19	Proj San Todos Ponta Porã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.953	8.106	CAIXA	272	Fev de 2041
505696-11	Proj San Todos Navairi Esgoto	UPR juros 6% a.a.	20.810	20.447	CAIXA	272	Fev de 2041
505699-43	Proj San Todos Nova Andradina Esgoto	UPR juros 6% a.a.	14.763	12.226	CAIXA	272	Fev de 2041
505679-03	Proj San Todos Aquidauana Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.528	9.396	CAIXA	278	Ago de 2041
505707-42	Proj San Todos Terenos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.105	3.194	CAIXA	247	Jan de 2039
47850-92	Proj San Todos Bonito Água	UPR juros 6% a.a.	3.577	3.749	CAIXA	218	Fev de 2036
521.467-78	Proj San Todos Bataguassu Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.672	3.738	CAIXA	248	Jun de 2041
521.317-57	Proj San Todos Japora Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.389	2.432	CAIXA	247	Mai de 2041
521.477-93	Proj San Todos Anarlândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.795	2.843	CAIXA	250	Ago de 2041
521.473-56	Proj San Todos Anastacio Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.389	5.539	CAIXA	215	Dez de 2038
521.469-96	Proj San Todos Aral Moreira Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.366	4.473	CAIXA	231	Abr de 2040
521.452-01	Proj San Todos Dois Irmãos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.266	2.302	CAIXA	248	Jan de 2042
521.451-98	Proj San Todos Figueirópolis Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.681	2.725	CAIXA	253	Nov de 2041
521.450-84	Proj San Todos Iguatemi Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.131	6.881	CAIXA	263	Set de 2042
521.282-48	Proj San Todos Rio Brilhante Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.312	6.484	CAIXA	231	Jan de 2040
521.279-93	Proj San Todos Rio Verde Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.402	3.477	CAIXA	253	Abr de 2040
521.449-43	Proj San Todos Inocência Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.994	6.141	CAIXA	206	Nov de 2039
521.448-39	Proj San Todos Itaporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.827	5.685	CAIXA	196	Jan de 2039
521.321-16	Proj San Todos Ivinhema Esgoto	UPR juros 6% a.a.	21.002	21.101	CAIXA	223	Set de 2041
521.281-34	Proj San Todos Rio Negro Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.725	8.447	CAIXA	189	Dez de 2038
521.278-89	Proj San Todos Santa Rita Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.171	3.213	CAIXA	240	Nov de 2042
521.312-05	Proj San Todos Mundo Novo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	10.651	10.592	CAIXA	216	Jan de 2041
521.311-23	Proj San Todos Jaguarina Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.505	2.612	CAIXA	218	Jan de 2041
521.307-31	Proj San Todos Novo Horizonte Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.081	6.151	CAIXA	240	Ago de 2042
521.465-50	Proj San Todos Caarapó Esgoto	UPR juros 6% a.a.	13.918	8.836	CAIXA	240	Ago de 2043
521.283-53	Proj San Todos Pedro Gomes Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.229	7.404	CAIXA	208	Ago de 2040
521.251-70	Proj San Todos Ouraídos SAA	UPR juros 6% a.a.	43	44	CAIXA	240	Dez de 2041
521.316-42	Proj San Todos Ladário Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.276	3.325	CAIXA	240	Abr de 2042
521.454-23	Proj San Todos Caracol Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.073	4.142	CAIXA	233	Out de 2043
521.466-64	Proj San Todos Brasília Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.917	7.699	CAIXA	240	Jan de 2043
521.310-88	Proj San Todos Nioaque Esgoto	UPR juros 6% a.a.	10.003	9.911	CAIXA	237	Jun de 2043
521.274-41	Proj San Todos Selvinia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.493	9.204	CAIXA	240	Mar de 2043
521.313-19	Proj San Todos Miranda Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.105	4.458	CAIXA	240	Set de 2043
521.270-05	Proj San Todos Camapuã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.400	6.320	CAIXA	195	Dez de 2039
544.584-73	Proj San Todos Nova Alvorada Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.803	9.613	CAIXA	240	Mar de 2046
260901992	FCC	2,563% a.a	-	15.000	B.Brasil	54	Dez de 2024
330701813	FCC	9,657% a.a.	22.923	-	B.Brasil	144	Nov de 2039
330701814	FCC	9,657% a.a.	4.000	-	B.Brasil	144	Nov de 2039
24.9.0226.11	BNDES	7,45% a.a + IPCA	24.259	-	CAIXA	192	Mar de 2044
Juros incorridos a vencer			3.670	3.287			
Total da dívida			<u>520.192</u>	<u>472.837</u>			
Circulante			42.156	36.997			
Não circulante			478.036	435.840			

16. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
INSS	3.099	2.939
FGTS	1.130	1.076
Salários a pagar	5.829	5.162
Rescisões contratuais	25	49
Participação no resultado	7.764	7.566
Provisões de férias e encargos sociais	20.558	19.005
	<u>38.405</u>	<u>35.797</u>

17. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	2.629	3.923
PIS-PASEP	570	841
IRRF salários	3.294	3.019
IRRF <i>pró-labore</i>	101	99
IRRF PJ	241	209
INSS retido na fonte	2.011	1.873
ISSQN retido na fonte	774	771
PCC retido na fonte	834	694
	<u>10.454</u>	<u>11.429</u>

18. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Retenções contratuais	61	61
Consignações a recolher	732	686
Pagamentos indevidos	3.297	3.188
Proc 081.7025-82.2020 Ecol Engenharia Ltda (a)	-	6.492
Proc 0854756-10.2023 Log Engenharia Ltda (b)	-	3.882
Proc 852-75.2010.5 Sindágua	-	361
Convênio Itaipu Binacional/AGESUL (a)	793	-
	<u>4.883</u>	<u>14.670</u>

Circulante	4.881	9.741
Não circulante	-	4.929

a) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com Itaipu Binacional e AGESUL, para desenvolvimento de "Projetos, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul" tendo como interveniente-anuente a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

19. Contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão por fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	31/12/2025	Reconhecidos no resultado	31/12/2024
Ações fiscais - (a)	13.187	12.935	252
Ações cíveis - (b)	22.552	1.893	20.659
Ações trabalhistas - (c)	15.568	1.358	14.210
	<u>51.307</u>	<u>16.186</u>	<u>35.121</u>

- a) Referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios;
b) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável;
c) São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundas de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referentes às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 39.608 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 59.554 em 2024).

20. Partes relacionadas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal-chave da Administração:

Remuneração de pessoal-chave da Administração
Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 2.772 (R\$ 2.712 em 31 de dezembro 2024) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis, benefícios diretos e gratificações por resultado.

21. Patrimônio líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 1.062.831 (R\$ 969.140 em 2024), e está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 2024).

Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

- Reserva legal** - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 63.585 (R\$ 61.165 em 2024);
- Reserva para investimentos** - destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social, o montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 134.593 (R\$ 187.382 em 2024);

3. **Reserva de Incentivo Fiscal** - constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, o montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 24.070 (R\$ 18.993 em 2024).

22. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Residencial social	618	625
Residencial	489.657	480.342
Comercial	51.279	51.238
Industrial	2.726	2.158
Órgãos Públicos	72.640	70.280
Tarifa fixa	99.535	92.333
Receitas a faturar	1.138	1.022
Outras receitas dos serviços de água	43.240	42.435
	<u>760.833</u>	<u>740.433</u>

Serviços de esgoto

Residencial social	161	159
Residencial	142.368	129.487
Comercial	22.621	21.871